



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 02 | fevereiro 2021



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia

GPEAR I

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais
Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: fevereiro de 2021

Elaborado com informação disponível até ao dia 26 de fevereiro.

Editores:

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Rua da Alfândega 5-A

1110 - 016 Lisboa

Telefone: +351 21 882 33 90

URL: <http://www.gpeari.gov.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.gov.pt

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia

Rua da Prata, 8

1149-057 Lisboa

Telefone: +351 21 792 13 72

URL: <http://www.gee.gov.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

ISSN: 1848-11012



(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
Videoconferência dos Ministros das Finanças da União Europeia 16 de fevereiro de 2021	Do debate ocorrido na videoconferência dos ministros das finanças da União Europeia de 16 de fevereiro de 2021, o segundo sob presidência portuguesa, destacam-se os seguintes temas: ▪ Recuperação económica na União Europeia – Os ministros discutiram a atual situação económica e as perspetivas futuras para a recuperação da economia da União Europeia, com base na apresentação das previsões de inverno de 2021 da Comissão Europeia e na apresentação de questões relativas à estabilidade financeira por parte do Banco Central Europeu. ▪ Próxima Geração UE – A Presidência informou os ministros da entrada em vigor do Mecanismo de Recuperação e Resiliência a 19 de fevereiro, permitindo, a partir dessa data, a submissão formal dos planos nacionais de recuperação e resiliência. Enfatizou igualmente a importância de finalizar os planos nacionais de forma eficiente e exaustiva, de forma a possibilitar uma avaliação positiva e o rápido desembolso dos respetivos fundos. Adicionalmente, a Comissão Europeia forneceu informações horizontais sobre a preparação dos planos nacionais e os ministros partilharam algumas das suas experiências e dificuldades na sua preparação. ▪ Cooperação internacional – A Presidência recordou a oportunidade da discussão sobre a iniciativa da UE para a recuperação global, tendo igualmente destacado a organização em abril próximo do Fórum Económico e de Investimento Verde de Alto Nível UE-África, em conjunto com o Banco Europeu de Investimento. Os ministros destacaram a necessidade de uma maior coordenação nos fóruns financeiros multilaterais e de uma defesa mais vigorosa da agenda climática. Foi também salientado o seguimento das conclusões adotadas pelo ECOFIN em novembro passado, em particular no que se refere à efetiva implementação da Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida dos países em desenvolvimento beneficiários (DSSI) e do acordo-quadro para o tratamento da dívida para além da DSSI. ▪ Orçamento da União Europeia a) Processo de quitação: Os ministros acordaram a recomendação do Conselho ao Parlamento Europeu sobre a quitação a dar à Comissão Europeia pela gestão do orçamento geral da UE para 2019. Este projeto de recomendação teve em conta o Relatório anual do Tribunal de Contas Europeu relativo à implementação do orçamento da União e as suas conclusões. Como principais pontos a ressaltar, o Conselho congratulou a receita livre de erro material e lamentou a ligeira subida do nível do erro relativa à implementação da despesa, o qual motivou uma opinião adversa à execução desta componente do orçamento da União por parte do Tribunal. b) Orientações para 2022: O Conselho adotou as conclusões que estabelecem as orientações orçamentais para a Comissão Europeia preparar o orçamento da União para 2022, realçando a importância da contribuição do orçamento para

Iniciativa	Sumário
	2022 para a recuperação da economia da UE, em complemento ao instrumento “Próxima Geração UE”. Estas conclusões apelam a um orçamento prudente, com recursos adequados às necessidades dos programas e ações que mais contribuem para as políticas da União, deixando margens suficientes para lidar com circunstâncias imprevistas, à necessidade de monitorização do nível de passivos contingentes do orçamento, de previsibilidade, de otimização de recursos humanos e financeiros, à apresentação atempada do projeto de orçamento pela Comissão Europeia, à colaboração eficaz e construtiva entre todas as instituições envolvidas no processo orçamental e nas negociações e à melhoria contínua do conteúdo dos documentos orçamentais. Destaca-se, ainda, a adoção de conclusões do Conselho sobre a revisão da lista da UE de jurisdições não cooperantes para efeitos fiscais. O Conselho decidiu acrescentar a Dominica à lista (anexo I das conclusões – “lista negra”) e retirar Barbados. A Dominica foi incluída uma vez que recebeu do Fórum Mundial da OCDE sobre a Transparência e a Troca de Informações a notação de “parcialmente conforme”. Barbados foi acrescentado à lista da UE em outubro de 2020, após ter recebido do Fórum Mundial a notação “parcialmente conforme”. Esta notação foi agora objeto de uma revisão suplementar pelo Fórum Mundial, pelo que o país foi transferido para a lista cinzenta (anexo II das conclusões do Conselho), enquanto se aguardam os resultados dessa revisão. Após esta atualização a lista da UE integra as seguintes doze jurisdições: Samoa Americana, Anguila, Dominica, Fiji, Guam, Palau, Panamá, Samoa, Seychelles, Trinidad e Tobago, Ilhas Virgens Americanas e Vanuatu.
Programa Internacionalizar 2030 Conselho de Ministros de 25 de fevereiro de 2021	Aprovou a resolução que aprova a versão final do Programa Internacionalizar 2030. Este instrumento, que estabelece as prioridades para a internacionalização da economia portuguesa, traça como principais objetivos o fomento das exportações de bens e serviços; o aumento do número de exportadores; a diversificação de mercados de exportação; o aumento do volume de investimento direto estrangeiro; e o fortalecimento do investimento direto português no estrangeiro e do valor acrescentado nacional.
Contrato fiscal de investimento Conselho de Ministros de 25 de fevereiro de 2021	Aprovou a resolução que aprova a minuta do contrato fiscal de investimento a celebrar entre o Estado Português e a sociedade Ds Smith Paper Viana, S. A., com vista a um projeto de investimento associado de 107,5M€, prevendo-se a criação de 10 postos de trabalho e a manutenção de 265 até 31 de dezembro de 2024.
Linha de crédito com juros bonificados dirigida aos operadores do setor da pesca Conselho de Ministros de 25 de fevereiro de 2021	Aprovou a. o decreto-lei que simplifica os procedimentos relativamente à linha de crédito com juros bonificados dirigida aos operadores do setor da pesca. Esta alteração visa fazer face às dificuldades de tesouraria que os operadores deste setor continuam a enfrentar devido à conjuntura económica desencadeada pela pandemia por COVID-19.

Iniciativa	Sumário
Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública	Aprovou a orgânica do Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública com o objetivo de criar capacidade na Administração Pública nas áreas do planeamento estratégico e das políticas públicas.
Conselho de Ministros de 18 de fevereiro de 2021	
IRS – Declaração automática de rendimentos	Aprovou o decreto regulamentar que procede à fixação do universo dos sujeitos passivos de IRS abrangidos pela declaração automática de rendimentos.
Conselho de Ministros de 18 de fevereiro de 2021	
Programa extraordinário de estágios – Programa de Estabilização Económica e Social	Aprovou a resolução que cria um programa extraordinário de estágios na Administração direta e indireta do Estado, a realizar durante o ano de 2021, destinado à carreira de técnico superior. O programa, designado «EstágiAP XXI», é uma medida prevista no Programa de Estabilização Económica e Social.
Conselho de Ministros de 18 de fevereiro de 2021	
Identificação eletrónica – Transações eletrónicas no mercado interno	Aprovou proposta de lei, a ser remetida à Assembleia da República, que autoriza o Governo a estabelecer as normas que asseguram a execução do Regulamento (UE) 2017/2394, relativo à cooperação entre as autoridades nacionais responsáveis pela aplicação da legislação de proteção dos consumidores.
Conselho de Ministros de 11 de fevereiro de 2021	
Medida «Apoiar Rendas» – «Programa Apoiar»	Aprovou proposta de lei, a submeter à Assembleia da República, que habilita a confirmação de requisitos específicos de acesso à medida de apoio designada «Apoiar Rendas», no âmbito do «Programa Apoiar».
Conselho de Ministros de 11 de fevereiro de 2021	

2. Seleção de Medidas Legislativas

Medidas no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Assunto / Diploma	Descrição
Autorização da renovação do estado de emergência Resolução da Assembleia da República n.º 69-A/2021- Diário da República n.º 39/2021, 2º Suplemento, Série I de 2021-02-25	Autorização da renovação do estado de emergência.
Renova a declaração do estado de emergência Decreto do Presidente da República n.º 21-A/2021 - Diário da República n.º 39/2021, 2º Suplemento, Série I de 2021-02-25	Renova a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública.
Flexibilização do calendário fiscal Despacho do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais n.º 52/2021-XXII	Flexibilização do calendário fiscal no quadro do princípio de colaboração mútua entre a Administração Fiscal e os cidadãos e as empresas.

Assunto / Diploma	Descrição
Medidas de apoio à família (COVID-19) – Teletrabalho Decreto-Lei n.º 14-B/2021 - Diário da República n.º 36/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-02-22	Alarga o apoio excecional à família no âmbito da suspensão das atividades letivas e não letivas presenciais.
Isenção do IVA na aquisição de bens para combate à COVID-19. Despacho n.º 1704/2021 - Diário da República n.º 31/2021, Série II de 2021-02-15	Prorroga a vigência das listas das entidades que beneficiam da isenção do IVA na aquisição de bens necessários para o combate à COVID-19.
Prorrogação de prazos Despacho do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais n.º 43/2021-XXII, de 15/02	Prorrogação de prazos.
Medidas relativas ao setor das comunicações eletrónicas (COVID-19) Decreto-Lei n.º 14-A/2021 - Diário da República n.º 30/2021, 2º Suplemento, Série I de 2021-02-12	Estabelece medidas excecionais e temporárias relativas ao setor das comunicações eletrónicas no âmbito da pandemia da doença COVID-19.
Renovação do estado de emergência Resolução da Assembleia da República n.º 63-A/2021 - Diário da República n.º 29/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-02-11	Autorização da renovação do estado de emergência.
Renova a declaração do estado de emergência Decreto do Presidente da República n.º 11-A/2021 - Diário da República n.º 29/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-02-11	Renova a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública.
Orçamento da União Europeia – Sistema de recursos próprios da UE – Fundo Europeu de Desenvolvimento – IVA Decreto do Presidente da República n.º 10-A/2021 - Diário da República n.º 22/2021, 2º Suplemento, Série I de 2021-02-02	Ratifica a Decisão (UE, Euratom) 2020/2053 do Conselho, de 14 de dezembro de 2020, relativa ao sistema de recursos próprios da União Europeia e que revoga a Decisão 2014/335/UE, Euratom.
Orçamento da União Europeia – Sistema de recursos próprios da UE – Fundo Europeu de Desenvolvimento – IVA Resolução da Assembleia da República n.º 37-A/2021 - Diário da República n.º 22/2021, 2º Suplemento, Série I de 2021-02-02	Aprova a Decisão (UE, Euratom) 2020/2053 do Conselho, de 14 de dezembro de 2020, relativa ao sistema de recursos próprios da União Europeia e que revoga a Decisão 2014/335/UE, Euratom.
Mora no pagamento das rendas habitacionais – Programa de Estabilização Económica e Social Portaria n.º 26-A/2021 - Diário da República n.º 22/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-02-02	Procede à primeira alteração da Portaria n.º 91/2020, de 14 de abril, que define, em execução do disposto no n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 4-C/2020, de 6 de abril, um regime excecional para as situações de mora no pagamento das rendas atendendo à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e doença COVID-19, os termos em que é efetuada a demonstração da quebra de rendimentos para efeito de aplicação daquele regime excecional a situações de incapacidade de pagamento das rendas habitacionais devidas a partir de 1 de abril de 2020 e até ao mês subsequente ao termo da vigência do estado de emergência.
Suspensão de prazos processuais e procedimentais decorrente das medidas adotadas no âmbito da COVID-19 Lei n.º 4-B/2021 - Diário da República n.º 21/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-02-01	Estabelece um regime de suspensão de prazos processuais e procedimentais decorrente das medidas adotadas no âmbito da pandemia da doença COVID-19, alterando a Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março.
Programa de resposta económica para o Algarve Resolução da Assembleia da República n.º 18/2021 - Diário da República n.º 21/2021, Série I de 2021-02-01	Programa de resposta económica e social para o Algarve.

Assunto / Diploma	Descrição
Plano de Recuperação da União Europeia (Next Generation EU) 2021-2027 Resolução da Assembleia da República n.º 26/2021 - Diário da República n.º 21/2021, Série I de 2021-02-01	Recomenda ao Governo que desenvolva uma iniciativa mobilizadora de debate interinstitucional e de auscultação pública alargada sobre a aplicação do Plano de Recuperação da União Europeia (Next Generation EU), do Acordo de Parceria e do Plano Estratégico da PAC (PEPAC) 2021-2027, no quadro das consequências da pandemia da doença COVID-19.
Medidas aplicáveis ao tráfego aéreo Despacho n.º 1242-E/2021 - Diário da República n.º 20/2021, 4º Suplemento, Série II de 2021-01-29	Prorrogação das medidas aplicáveis ao tráfego aéreo com destino e a partir de Portugal continental.
Medidas aplicáveis nas fronteiras terrestres Despacho n.º 1242-D/2021 - Diário da República n.º 20/2021, 3º Suplemento, Série II de 2021-01-29	Determina os pontos de passagem autorizados na fronteira terrestre.
Medidas aplicáveis ao desembarque nos portos nacionais Despacho n.º 1242-C/2021 - Diário da República n.º 20/2021, 2º Suplemento, Série II de 2021-01-29	Prorroga a proibição do desembarque e licenças para terra de passageiros e tripulações dos navios de cruzeiro nos portos nacionais.
Estado de emergência decretado pelo Presidente da República Decreto n.º 3-D/2021 - Diário da República n.º 20/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-01-29	Regulamenta o estado de emergência decretado pelo Presidente da República.

Outras Medidas

Assunto / Diploma	Sumário
Lei Geral Tributária Código de Procedimento e de Processo Tributário – Regime Geral das Infrações Tributárias Lei n.º 7/2021- Diário da República n.º 40/2021, Série I de 2021-02-26	Reforça as garantias dos contribuintes e a simplificação processual, alterando a Lei Geral Tributária, o Código de Procedimento e de Processo Tributário, o Regime Geral das Infrações Tributárias e outros atos legislativos.
Proteção nas eventualidades de invalidez e velhice Decreto-Lei n.º 16-A/2021 - Diário da República n.º 39/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-02-25	Altera o regime de proteção em caso de invalidez e velhice dos beneficiários do regime geral de segurança social. O diploma integra um conjunto de regras que vão permitir um acesso mais rápido e desempenho da segurança social no que diz respeito ao pagamento de pensões, concretizando o projeto Simplex “Pensão na Hora”.
Taxas de carbono sobre as viagens aéreas e marítimas Declaração de Retificação n.º 8/2021 - Diário da República n.º 39/2021, Série I de 2021-02-25	Retifica a Portaria n.º 38/2021, de 16 de fevereiro, que cria as taxas de carbono sobre as viagens aéreas e marítimas.
Retificação à Lei do Orçamento do Estado para 2021 Declaração de Retificação n.º 6/2021 - Diário da República n.º 38/2021, Série I de 2021-02-24	Declaração de Retificação à Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, «Orçamento do Estado para 2021», publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 253, suplemento, de 31 de dezembro de 2020.
Normas Comuns sobre o Fundo Social Europeu Portaria n.º 43/2021- Diário da República n.º 37/2021, Série I de 2021-02-23	Procede à nona alteração ao Regulamento que estabelece Normas Comuns sobre o Fundo Social Europeu.
Declaração modelo 39 (rendimentos e retenções a taxas liberatórias) – Programa de Estabilização Económica e Social Decreto-Lei n.º 15/2021 - Diário da República n.º 37/2021, Série I de 2021-02-23	Cria um regime especial de expropriação e constituição de servidões administrativas para a execução de projetos integrados no Programa de Estabilização Económica e Social.
Atualização extraordinária das pensões	Regulamenta a atualização extraordinária das pensões prevista na Lei do Orçamento do Estado para 2021.

Assunto / Diploma	Sumário
Decreto Regulamentar n.º 1-A/2021 - Diário da República n.º 36/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-02-22	
Taxas de carbono sobre as viagens aéreas e marítimas	Cria as taxas de carbono sobre as viagens aéreas e marítimas.
Portaria n.º 38/2021 - Diário da República n.º 32/2021, Série I de 2021-02-16	
Declaração Mensal de Imposto do Selo (DMIS)	Declaração Mensal de Imposto do Selo (DMIS).
Despacho do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais n.º 42/2021-XXII, de 12/02	
Declaração Mensal de Remunerações	Aprova a DMR (Declaração Mensal de Remunerações - AT).
Portaria n.º 34/2021 - Diário da República n.º 30/2021, Série I de 2021-02-12	
Declaração modelo 39 – Rendimentos e retenções a taxas liberatórias	Aprova a declaração modelo 39 (rendimentos e retenções a taxas liberatórias).
Portaria n.º 31/2021 - Diário da República n.º 28/2021, Série I de 2021-02-10	
Regulamento (UE) – Transações eletrónicas no mercado interno – Certificação eletrónica	Assegura a execução na ordem jurídica interna do Regulamento (UE) 910/2014, relativo à identificação eletrónica e aos serviços de confiança para as transações eletrónicas no mercado interno.
Decreto-Lei n.º 12/2021 - Diário da República n.º 27/2021, Série I de 2021-02-09	
Estratégia da Cooperação Portuguesa para o período de 2021-2030	Recomenda ao Governo alterações à abordagem da política de cooperação a integrar na Estratégia da Cooperação Portuguesa para o período de 2021-2030 e na atuação da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia.
Resolução da Assembleia da República n.º 62/2021 - Diário da República n.º 27/2021, Série I de 2021-02-09	
Prestação social para a inclusão	Estende prestação social para a inclusão às pessoas cuja deficiência resulte de acidente ocorrido no âmbito de atribuições relacionadas com missões de proteção e resgate, prevê a acumulação com o subsídio de cuidador informal e com o pagamento à pessoa coletiva em cuja instituição os cuidados são prestados a uma pessoa com deficiência.
Decreto-Lei n.º 11/2021 - Diário da República n.º 26/2021, Série I de 2021-02-08	
Fundo de Resolução – Novo Banco	Suspensão do prazo de funcionamento da Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar às perdas registadas pelo Novo Banco e imputadas ao Fundo de Resolução.
Resolução da Assembleia da República n.º 60/2021 - Diário da República n.º 26/2021, Série I de 2021-02-08	
Estratégia de Longo Prazo para a Renovação dos Edifícios (ELPRE)	Criação de mecanismos de incentivo e apoio a ações de renovação do parque nacional construído, atendendo aos seguintes objetivos: neutralidade de carbono, a nível comunitário e nacional; promoção da eficiência energética dos edifícios, públicos e privados.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 8-A/2021 - Diário da República n.º 23/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-02-03	
Expansão do Porto de Leixões	Recomenda ao Governo a adoção de medidas no âmbito das obras de expansão do Porto de Leixões.
Resolução da Assembleia da República n.º 59/2021 - Diário da República n.º 26/2021, Série I de 2021-02-08	
Código do IVA – Procedimento de regularização do IVA	Retifica a Portaria n.º 303/2020, de 28 de dezembro, que regulamenta a apresentação do pedido de autorização prévia no procedimento de regularização previsto nos artigos 78.º-B e 78.º-C do Código do IVA e aprova os modelos e respetivas instruções.
Declaração de Retificação n.º 4/2021 - Diário da República n.º 23/2021, Série I de 2021-02-03	
Fundo de Resolução – Injeção de capital no Novo Banco	Recomenda ao Governo que não transfira mais verbas para o Fundo de Resolução com vista à injeção de capital no Novo Banco até que a auditoria às suas contas esteja concluída.
Resolução da Assembleia da República n.º 39/2021 - Diário da República n.º 23/2021, Série I de 2021-02-03	
Mecanismos de combate ao branqueamento de capitais e aos paraísos fiscais	Recomenda ao Governo que adote mecanismos de combate ao branqueamento de capitais e aos paraísos fiscais.

Assunto / Diploma	Sumário
Resolução da Assembleia da República n.º 32/2021 - Diário da República n.º 22/2021, Série I de 2021-02-02	
Criação de apoio excecional às unidades produtivas artesanais	Recomenda ao Governo a criação de um apoio excecional às unidades produtivas artesanais.
Resolução da Assembleia da República n.º 30/2021 - Diário da República n.º 22/2021, Série I de 2021-02-02	
Estratégia Nacional de Combate à Corrupção 2020-2024	Recomenda ao Governo que apresente e submeta à aprovação da Assembleia da República a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção 2020-2024.
Resolução da Assembleia da República n.º 20/2021 - Diário da República n.º 21/2021, Série I de 2021-02-01	
Atualização da base remuneratória da Administração Pública	Estabelece a atualização da base remuneratória da Administração Pública e o valor do montante pecuniário correspondente aos níveis 5, 6 e 7 da tabela remuneratória única.
Decreto-Lei n.º 10/2021 - Diário da República n.º 21/2021, Série I de 2021-02-01	